NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 5,2% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 17,9% vencem de 2017 a 2026 e 76,9% foram renovados tendo seus vencimentos após 2027. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 12.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada "CS Bioenergia S/A", que tem como objeto social à exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 8.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&Fbovespa), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de janeiro de 2017.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa Nota Explicativa 4
- b) Contas a Receber de Clientes Nota Explicativa 5
- c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos Nota Explicativa 5
- d) Investimentos Nota Explicativa 8
- e) Imobilizado Nota Explicativa 9
- f) Intangível Nota Explicativa 9
- g) Arrendamento Mercantil Financeiro: A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificados como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciem a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 9 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 11.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS – continuação

- h) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros Nota Explicativa 9
- i) Ativos Financeiros Contratuais Nota Explicativa 10
- j) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Nota Explicativa 11
- k) Provisões e Passivos Contingentes Nota Explicativa 15
- 1) Imposto de Renda e Contribuição Social Nota Explicativa 16
- m)Partes Relacionadas Nota Explicativa 17
- n) Crédito de Juros sobre o Capital Próprio Nota Explicativa 18.d
- o) Receitas Nota Explicativa 19
- p) Instrumentos Financeiros Nota Explicativa 24
- q) Benefício Pós-emprego Concedido aos Empregados Nota Explicativa 25
- r) Estoques: Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
- s) Passivo Circulante e Não Circulante: Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.
- t) Concessões: A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

<u>Contratos de Concessão</u>: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Concessão" assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Programas", em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

- u) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.
- v) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS – continuação

v) Uso de Estimativas e Julgamentos – continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

<u>Impostos</u>

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

w) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, que poderão surtir efeitos significativos após a emissão dos respectivos pronunciamentos equivalentes pelo CPC, são as seguintes:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2015, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções. A Companhia avaliou e acredita que não haverá efeitos em suas Demonstrações Contábeis emitidas.

IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15, emitida em maio de 2015, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contatos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia avaliou os efeitos decorrentes em suas demonstrações contábeis e concluiu que não haverá impacto da referida norma.

<u>IAS 7 – Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7</u>: As alterações à IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa, fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção das alterações, se aplicável, poderá resultar em divulgação adicional pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

w) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016 -- continuação

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 - Arrendamentos operacionais — Incentivos e SIC-27 - Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. A Companhia encontra-se em fase de análise dos impactos das alterações deste pronunciamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

2016	2015
-	1
2.988	4.568
24.687	11.823
27.675	16.392
511.541	74.071
99.114	73.333
-	1
610.655	147.405
638.330	163.797
	2.988 24.687 27.675 511.541 99.114

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos, com remuneração média de 100,18% do CDI (99,43% em 2015) e Certificado de Depósito Bancário da CAIXA.

- (1) O Fundo CAIXA FI SANEPAR I RENDA FIXA é exclusivo para as aplicações da Companhia sendo que em 31/12/2016, alocava 61,46% dos recursos em Operações Compromissadas NTN-B, os quais possuem opção de recompra imediata das quotas pelo banco, 0,07% em Títulos Públicos Federais (LFT e LTN) e 38,47% em CDB de Instituição Financeira de primeira linha (75,29%, 1,98% e 22,73% respectivamente em 2015);
- (2) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é de emissão da própria Caixa Econômica Federal, contratado a uma taxa flutuante de 100,50% a 102,00% do CDI com alta liquidez, de acordo com o prazo contratado e decorrido da aplicação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO

Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referente a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adota para o cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros de poupança para as contas de órgãos públicos.

<u>Provisão para Perdas na Realização de Créditos:</u> Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de regularização de débitos, aliado ao parecer da Procuradoria Geral do Estado do Paraná que concluiu pela legalidade da compensação entre valores a receber de faturamento da Companhia e valores a pagar ao Estado do Paraná a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO -- continuação

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2016	2015	
Contas a Receber Vincendas	199.442	182.698	
Contas a Receber de Parcelamentos	37.151	33.057	
Ajuste a Valor Presente	(3.408)	(2.840)	
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	160.852	134.104	
	394.037	347.019	
Contas a Receber Vencidas			
De 1 a 30 dias	100.748	89.053	
De 31 a 60 dias	25.850	26.106	
De 61 a 90 dias	11.431	8.727	
De 91 a 180 dias	19.505	12.347	
Mais de 180 dias	165.268	129.160	
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(146.336)	(125.395)	
•	176.466	139.998	
Totais de Contas a Receber, líquidas	570.503	487.017	
Circulante	559.797	477.281	
Não Circulante	10.706	9.736	

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$6.244 (R\$3.922 em 2015) refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$145.499 (R\$118.403 em 2015) de Particulares; R\$453 (R\$886 em 2015) do setor Federal e R\$24.270 (R\$16.787 em 2015) do setor Estadual.

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Saldos no Início do Exercício	(125.395)	(132.505)
Valores Registrados como Despesa Baixas, Líquidas das Recuperações	(21.775) 834	4.799 2.311
Saldos no Final do Exercício	(146.336)	(125.395)

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Clientes Particulares	81.558	64.355
Órgãos do Governo Federal	7	11
Prefeituras Municipais	64.771	61.029
Totais	146.336	125.395

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Imposto de Renda a compensar	29.219	20.998
Contribuição Social a compensar	9.422	7.207
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.140	1.026
Outros tributos a compensar	-	282
Totais	39.781	29.513
Circulante	39.021	28.829
Não Circulante	760	684

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a Empregados	3.739	3.529
Pagamentos Reembolsáveis	4.092	5.646
Depósitos Dados em Garantia	1.888	2.235
Fundo Municipal de Meio Ambiente	44.462	15.942
Despesas Antecipadas	12.105	11.996
Títulos e Outros Créditos	935	657
Totais	67.221	40.005
Circulante	23.526	23.648
Não Circulante	43.695	16.357

8. INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessa investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

<u>Outros Investimentos:</u> São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

8. INVESTIMENTOS -- continuação

Descrição	2016	2015
Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S.A.	9.466	5.287
Outros Investimentos reconhecidos pelo Método de Custo	2.937	2.937
Totais	12.403	8.224

<u>Investimentos em joint venture</u>

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A. referente a aporte financeiro no montante de R\$12.542 em seu Capital Social e R\$2.159 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumariadas a seguir:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	2016	2015
Ativo Circulante	1.139	732
Ativo Não Circulante	59.858	42.817
Imobilizado	39.831	42.816
Arrendamento Mercantil Financeiro	20.026	-
 Outros 	1	1
Ativo Total	60.997	43.549
Passivo Circulante	37.334	30.294
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	37.334	30.294
Passivo Não Circulante	-	37
Patrimônio Líquido	23.663	13.218
Passivo Total	60.997	43.549
Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	2016	2015
Receita		_
(-) Despesas Operacionais	(2.701)	(4.652)
Resultado Financeiro	(5.693)	636
Resultado Antes dos Impostos	(8.394)	(4.016)
IRPJ e CSLL	-	(203)
Resultado do Exercício	(8.394)	(4.219)
A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:		
Descrição	2016	2015
Saldo no início do exercício	5.287	1.894
Aportes Financeiros	7.540	5.081
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação 40%)	(3.361)	(1.688)
Saldo no final do exercício	9.466	5.287

Outros Investimentos

A Companhia mantém investimentos diversos sobre os quais não exerce influência significativa, de modo que os mesmos são avaliados pelo método de custo e cujo montante é de R\$2.937 (R\$2.937 em 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

8. INVESTIMENTOS -- continuação

Instrumento de Fiança

Em 05 de setembro de 2016, conforme deliberado pela 8ª/2016 Reunião Extraordinária de Diretoria, a Companhia foi autorizada a avalizar as obrigações assumidas pela CS Bioenergia S.A., no âmbito da 1º emissão, pela Emissora, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, com valor unitário de R\$10, perfazendo o montante total de até R\$30.000, na proporção de 40% do volume da Emissão ("Obrigações Garantidas"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita"), cuja emissão foi aprovada pela Emissora em Reunião Extraordinária de Diretoria realizada em 05 de setembro de 2016.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

<u>Imobilizado:</u> É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

<u>Intangível:</u> O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(t). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

Prática Contábil: -- continuação

Arrendamento Mercantil Financeiro: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 11. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

<u>Capitalização de Juros e Encargos Financeiros:</u> Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas				2016	2015
Descrição	Custo		epreciação Acumulada		Valor Líquido
Administração Outras Imobilizações	227.838 8.160		(97.389) (7.341)	130.449 819	129.585 458
Totais	235.998	<u> </u>	(104.730)	131.268	130.043
Por Natureza				2016	2015
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	2.309	-	2.309	2.323
Construções Civis	*1,84%	67.945	(13.704)	54.241	52.293
Benfeitorias	2%	1.788	(622)	1.166	1.134
Instalações	*5,83%	3.700	(1.978)	1.722	1.851
Equipamentos	*6,23%	42.806	(18.180)	24.626	24.427
Móveis e Utensílios	7,14%	36.129	(16.575)	19.554	18.711
Equipamentos de Informática	*19,82%	34.242	(21.141)	13.101	8.656
Veículos	*13,05%	28.360	(19.677)	8.683	11.182
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	18.170	(12.541)	5.629	9.302
Ferramentas	6,67%	549	(312)	237	164
Totais		235.998	(104.730)	131.268	130.043

^{*} Taxa Média Ponderada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2016

Amortização

2015

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

b) Intangível

Por Contas

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	Custo	Amortiz	,	Va	lor Líquido
Sistemas de Água	4.017.386	(1.285.	' '	731.814	2.447.372
Sistemas de Esgoto	4.180.206	(856.		323.219	2.917.714
Resíduos Sólidos	1.637		.637)	<u>-</u>	_
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.087		.934)	62.153	66.320
Outros Ativos Intangíveis	83.163		.239)	32.924	34.311
Projetos e Obras em Andamento	1.000.861	`		000.861	1.243.864
Estoque para Obras	48.422		-	48.422	52.019
Totais	9.456.762	(2.257.	369) 7.	199.393	6.761.600
Por Natureza				2016	2015
	Taxa de		Amortização		
Danasia Za	Amortização	Custo	Acumulada		
Descrição	Anual			V	alor Líquido
Terrenos	-	113.041	-	113.041	82.684
Poços	*3,10%	122.205	(33.160)	89.045	84.681
Barragens	*2,67%	142.847	(49.496)	93.351	94.589
Construções Civis	*2,59%	1.794.388	(407.162)	1.387.226	1.187.208
Benfeitorias	*2,67%	18.051	(1.979)	16.072	11.752
Tubulações	*2,64%	4.503.522	(1.023.136)	3.480.386	3.155.852
Ligações Prediais	3,33%	605.624	(190.800)	414.824	370.005
Instalações	*5,83%	137.080	(37.400)	99.680	65.895
Hidrômetros	10%	165.506	(64.693)	100.813	89.317
Macromedidores	10%	5.072	(3.133)	1.939	1.768
Equipamentos	*6,23%	481.948	(227.725)	254.223	221.063
Móveis e Utensílios	7,14%	4.980	(3.092)	1.888	1.750
Equipamento de Informática	*19,82%	88.560	(79.848)	8.712	6.774
Programas de Informática	20%	43.345	(32.973)	10.372	10.012
Veículos	*13,05%	17.264	(12.912)	4.352	4.724
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	16.683	(13.631)	3.052	4.244
Ferramentas	6,67%	274	(171)	103	114
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	156	(122)	34	37
Proteção e Preservação Ambiental	20%	21.846	(13.002)	8.844	6.928
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(62.847)	62.153	66.320
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	87	(87)	-	-
Projetos e Obras em Andamento	-	1.000.861	-	1.000.861	1.243.864
Estoque para Obras	-	48.422	-	48.422	52.019
Totais	=	9.456.762	(2.257.369)	7.199.393	6.761.600
WE MALE D. L. L.					

^{*} Taxa Média Ponderada

⁽¹⁾ Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

b) Intangível -- continuação

(2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2016, referese a 144 (175 em 2015) obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 109 (123 em 2015) localidades, no montante de R\$295.787 (R\$449.158 em 2015); 161 (236 em 2015) obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 99 (123 em 2015) localidades, no montante de R\$569.947 (R\$669.484 em 2015), e ainda R\$135.127 (R\$125.222 em 2015) de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2016 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$47.385 (R\$46.064 em 2015). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 16,6%.

Arrendamento Mercantil Financeiro: A Companhia possui contrato de Locação de Ativos avaliado em R\$199,3 milhões precedida da concessão de direito real de uso das áreas e da execução das obras necessárias para ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento irá iniciar em fevereiro de 2017. Os ativos objeto deste Arrendamento Mercantil Financeiro serão construídos e entregues pelo arrendador em quatro etapas, com intervalo de 1 (um) ano entre elas. No final de dezembro de 2016 foram concluídos e entregues para operação 20,6% do objeto do referido contrato equivalente a entrega da 1ª etapa contratual. A obrigação decorrente deste contrato está demonstrada na Nota Explicativa 11.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

			2010
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Edificações	11.406	(16)	11.390
Tubulações	26.691	(44)	26.647
Ligações Prediais	1.820	(5)	1.815
Instalações	95	(1)	94
Equipamentos	1.096	(6)	1.090
Totais	41.108	(72)	41.036

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2016:

Descrição	2015	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas e Perdas	Transferências	2016
Imobilizado						
Terrenos	2.323	-	-	-	(14)	2.309
Construções Civis	52.293	-	(1.311)	(32)	3.291	54.241
Benfeitorias	1.134	-	(35)	-	67	1.166
Instalações	1.851	9	(157)	(1)	20	1.722
Equipamentos	24.427	2.273	(2.120)	(44)	90	24.626
Móveis e Utensílios	18.711	1.848	(1.759)	(120)	874	19.554
Equipamentos de Informática	8.656	7.292	(2.945)	(104)	202	13.101
Veículos	11.182	8	(1.392)	(913)	(202)	8.683
Máquinas, Tratores e Similares	9.302	37	(3.305)	(192)	(213)	5.629
Ferramentas	164	89	(15)	(1)	-	237
Totais Imobilizado	130.043	11.556	(13.039)	(1.407)	4.115	131.268
Intangível				,		
Terrenos	82.684	11.435	-	-	18.922	113.041
Poços	84.681	-	(2.743)	(2.413)	9.520	89.045
Barragens	94.589	9	(2.495)	-	1.248	93.351
Construções Civis	1.187.208	12.391	(34.000)	(2.728)	224.355	1.387.226
Benfeitorias	11.752	-	(383)	(21)	4.724	16.072
Tubulações	3.155.852	40.578	(92.657)	17	376.596	3.480.386
Ligações Prediais	370.005	2.111	(16.752)	(432)	59.892	414.824
Instalações	65.895	462	(6.848)	26	40.145	99.680
Hidrômetros	89.317	1	(14.366)	(2.832)	28.693	100.813
Macromedidores	1.768	-	(328)	-	499	1.939
Equipamentos	221.063	13.088	(20.364)	(3.799)	44.235	254.223
Móveis e Utensílios	1.750	24	(174)	(39)	327	1.888
Equipamentos de Informática	6.774	2	(928)	(12)	2.876	8.712
Programas de Informática	10.012	3.773	(3.754)	-	341	10.372
Veículos	4.724	23	(601)	4	202	4.352
Máquinas, Tratores e Similares	4.244	-	(1.407)	2	213	3.052
Ferramentas	114	-	(11)	-	-	103
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	37	-	(3)	-	-	34
Proteção e Preservação Ambiental	6.928	3.875	(2.085)	17	109	8.844
Concessão do Município de Curitiba	66.320	-	(4.167)	-	-	62.153
Concessão do Município de Cianorte	-	-	(6)	6	-	-
Subtotais Intangível	5.465.717	87.772	(204.072)	(12.204)	812.897	6.150.110
Projetos e Obras em Andamento	1.243.864	646.670	-	(325)	(889.348)	1.000.861
Estoques para Obras	52.019	(3.597)				48.422
Totais Intangível	6.761.600	730.845	(204.072)	(12.529)	(76.451)	7.199.393
Total Geral	6.891.643	742.401	(217.111)	(13.936)	(a) (72.336)	7.330.661

⁽a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2016, mesmo inexistindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizados e intangível com vida útil definida, a Companhia optou por realizar estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água e esgoto, utilizando as seguintes premissas nos cálculos:

d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;
- Taxa de desconto pré-imposto (13,1%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seus itens 55 e 56;
- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- Crescimento de demanda segmento água de aproximadamente 1,0% e no segmento esgoto de aproximadamente 3,5% ao ano;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d.2) Unidade Geradora de Caixa - Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos que estão em operação não são recuperáveis, portanto, um complemento da provisão para desvalorização, no valor de R\$1.285, foi considerada necessária a provisão já existente em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$7.145, perfazendo o valor total de R\$ 8.430.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programas e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS -- continuação

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2015	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	2016
Investimento Não Amortizado	256.038	224.093	-	-	480.131
Ajuste a Valor Presente	(178.618)	(151.757)	22.712	(87)	(307.750)
Totais	77.420	72.336	22.712	(87)	172.381

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 3,8% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC da Companhia) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 24 e 30 anos.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é a seguinte:

					2016		2015			
Descrição	Taxa de Juros Anual Efetiva	Indexador	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total		
Debêntures 6ª Emissão - 1ª série	1,72%	DI	3.566	79.803	83.369	-	-	-		
Debêntures 6ª Emissão - 2ª série	1,77%	DI	7.822	169.315	177.137	-	-	-		
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série	1,32%	DI	111.886	-	111.886	662	111.142	111.804		
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série	1,43%	DI	1.225	188.819	190.044	1.159	188.770	189.929		
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série	1,47%	DI	68.997	66.690	135.687	70.307	133.113	203.420		
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	1.130	127.166	128.296	1.028	119.371	120.399		
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	34.393	92.168	126.561	33.375	122.831	156.206		
Banco do Brasil – PSI	3,00% a 6,00%	-	3.406	19.129	22.535	3.411	22.498	25.909		
Debêntures 2ª Emissão - 1ª série	1,92%	TJLP	12.284	80.788	93.072	12.150	91.443	103.593		
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série	9,19%	IPCA	20.551	118.953	139.504	19.709	127.613	147.322		
Debêntures 2ª Emissão - 3ª série	1,92%	TJLP	16.378	107.718	124.096	10.570	79.556	90.126		
Banco Itaú – PSI	3,00% a 6,00%	-	3.595	22.211	25.806	3.602	25.753	29.355		
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série	1,67%	TJLP	10.162	170.597	180.759	2.499	158.975	161.474		
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série	7,44%	IPCA	4.680	78.955	83.635	990	65.626	66.616		
BNDES – PAC2	1,76% e 2,05%	TJLP	17.934	160.215	178.149	9.063	116.130	125.193		
Arrendamento Mercantil Financeiro	12,12%	IPC - FIPE	562	40.546	41.108	-	-	-		
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,68%	TR	60.592	809.838	870.430	62.135	742.527	804.662		
Saldos no Final do Período			379.163	2.332.911	2.712.074	230.660	2.105.348	2.336.008		
Empréstimos e Financiamentos			119.920	1.103.561	1.223.481	111.586	1.029.739	1.141.325		
Debêntures			258.681	1.188.804	1.447.485	119.074	1.075.609	1.194.683		
Arrendamento Mercantil Financeiro			562	40.546	41.108	-	-	-		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro:

	D ()		** •	Quantidada	Pagamentos	
Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Amortizações	Juros
Debêntures 6ª Emissão - 1ª série (1)	2016	2018	80.000	8.000	2018	Semestral
Debêntures 6ª Emissão - 2ª série (1)	2016	2019	170.000	17.000	2019	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série (2)	2015	2017	111.160	11.116	2017	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série (2)	2015	2018	188.840	18.884	2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série (3)	2013	2018	199.670	19.967	2016/2017/2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
BNDES – 3 Contratos (4)	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco do Brasil – PSI - 11 Contratos (5)	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª série (9)	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série (9)	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú – PSI – 13 Contratos (6)	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série (10)	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série (10)	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES – PAC2 – 4 Contratos (7)	2011 a 2013	2028	395.902	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Arrendamento Mercantil Financeiro (11)	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Caixa Econômica Federal – 224 Contratos (8)	1991 a 2014	2038	1.528.916	-	Mensal	Mensal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

- b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro -- continuação
- (1) Debêntures 6ª Emissão emitidas em 15/08/2016 e com colocação em 05/09/2016 de 25.000 debêntures no montante total de R\$250.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro.
- (2) Debêntures 5ª Emissão emitidas em 15/06/2015 e com colocação em 25/06/2015 de 30.000 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro.
- (3) Debêntures 3ª Emissão emitidas em 15/11/2013 e com colocação em 27/11/2013 de 30.000 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao pagamento de dívidas e Capital de Giro.
- (4) Empréstimos BNDES, utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. São garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelas contas reservas, mantidas junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. Neste exercício houve liberação no montante de R\$2.760.
- (5) Empréstimos Banco do Brasil PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos através do penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de 180 dias e desde que não exceda o vencimento final do contrato, cobrindo, 100% do saldo devedor da dívida.
- (6) Empréstimos Banco Itaú PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

- b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro -- continuação
- (7) Empréstimos BNDES PAC 2, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados à ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas. Neste exercício houve liberação no montante de R\$61.059.
- (8) Empréstimos Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, destinados a aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná bem como, desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas. Estes empréstimos, possuem taxas de administração de 1,00% até 2,00% ao ano e taxas de risco de 0,30% a 1,70% ao ano e são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial e pelas receitas próprias da Companhia. Mantém junto a Caixa, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, equivalente a um encargo mensal. Neste exercício houve liberação no montante de R\$111.307.
- (9) Debêntures 2ª Emissão Mediante a subscrição exclusiva entre Sanepar, BNDES e BNDESPAR, foram emitidas em 15/08/2011 para colocação em 3 séries, com valor nominal unitário de trinta e nove mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos, sendo as duas primeiras séries com 3.000 debêntures cada e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$395.155. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada.
- (10) Debêntures 4ª Emissão Mediante a subscrição exclusiva entre Sanepar, BNDES e BNDESPAR, foram emitidas em 15/07/2014 para colocação em 2 séries, com valor nominal unitário de trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos, sendo a 1ª série com 7.000 debêntures e a 2ª série com 3.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$328.588. Essas debêntures são do tipo simples e nominativas, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada.
- (11) Arrendamento Mercantil Financeiro contratado no montante de R\$460.592 com Valor Mensal de Locação (VML) de R\$2.075, que deverá ser amortizado em quatro Etapas: 1ª Etapa: doze parcelas de 21,1% do VML, que irá iniciar a partir de fevereiro de 2017; 2ª Etapa: doze parcelas de 49,3% do VML; 3ª Etapa: doze parcelas de 79,5% do VML e 4ª Etapa: duzentas e quatro parcelas de 100% do VML. Não houve amortização no exercício de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro apresentam a seguinte movimentação:

		2015		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do exercício	230.660	2.105.348	244.334	1.628.159
Liberações	-	494.178	-	652.815
Juros e Taxas	238.666	-	203.015	-
Variações Monetárias	-	50.055	-	50.423
Transferências	356.452	(356.452)	226.012	(226.012)
Amortizações	(446.496)	-	(442.773)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(681)	(764)	72	(37)
Entrega de Arrendamento Mercantil	562	40.546	-	-
Saldos no final do exercício	379.163	2.332.911	230.660	2.105.348

d) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2038	Total
Debêntures 2ª Emissão	49.213	44.920	44.920	44.920	44.920	44.920	82.859	356.672
Debêntures 3ª Emissão	70.127	66.690	63.583	63.583	-	-	-	263.983
Debêntures 4ª Emissão	14.842	26.041	26.041	26.041	26.041	26.041	119.347	264.394
Debêntures 5ª Emissão	113.111	188.819	-	-	-	-	-	301.930
Debêntures 6ª Emissão	11.388	79.392	169.726	-	-	-	-	260.506
Subtotais Debêntures	258.681	405.862	304.270	134.544	70.961	70.961	202.206	1.447.485
BNDES	34.393	33.949	33.054	8.162	8.162	8.162	679	126.561
BNDES – PAC2	17.934	17.332	17.332	17.332	17.332	15.231	75.656	178.149
Banco do Brasil - PSI	3.406	3.369	3.369	3.369	3.369	3.369	2.284	22.535
Banco Itaú - PSI	3.595	3.542	3.542	3.542	3.542	3.542	4.501	25.806
Caixa Econômica Federal	60.592	65.116	70.010	71.563	61.915	51.947	489.287	870.430
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	119.920	123.308	127.307	103.968	94.320	82.251	572.407	1.223.481
Arrendamento Mercantil	562	631	707	793	889	997	36.529	41.108
Totais	379.163	529.801	432.284	239.305	166.170	154.209	811.142	2.712.074

Em 31 de dezembro de 2016 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil Financeiro está demonstrado a seguir:

Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros Mínimos
Menos de um ano	5.260	(4.698)	562
Mais de um ano e menos de cinco anos	21.042	(18.022)	3.020
Acima de cinco Anos	78.905	(41.379)	37.526
Totais	105.207	(64.099)	41.108

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Debêntures 2ª Emissão – Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 15/06/2016, ocorreu a colocação de 482 debêntures da 3ª série, correspondendo a R\$15.583 e em 23/11/2016 ocorreu a colocação de 908 debêntures da 3ª série, correspondendo a R\$27.874.

Debêntures 4ª Emissão – Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 23/11/2016, ocorreu a colocação de 500 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$16.429 e a colocação pelo BNDESPAR de 315 debêntures da 2ª série, correspondendo a R\$10.351.

Caixa Econômica Federal – Durante o exercício de 2016 ocorreram liberações que totalizaram o valor de R\$111.178.

BNDES Financiamentos – Durante o exercício de 2016 ocorreram liberações que totalizaram o valor de R\$62.763.

Debêntures 6^a Emissão – Em 15/08/2016 ocorreu a emissão de 25.000 debêntures, com colocação em 05/09/2016, em 2 séries, com valor unitário de R\$10, sendo a 1^a série com 8.000 debêntures e a 2^a série com 17.000 debêntures, no montante total de R\$250.000.

Arrendamento Mercantil Financeiro – No final de dezembro de 2016 foi efetuada a entrega do primeiro marco contratual, originando a liberação para operação de 20,6% do total das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, equivalente a R\$41.108.

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

- f) Cláusulas Contratuais Restritivas Covenants -- continuação
- (ii) Covenants de contratos da 3^a, 5^a e 6^a Emissão de Debêntures

Índice	Limite
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA ajustado / Despesa Financeira	
Líquida	Igual ou superior a 1,5

Para os contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3^a, 5^a e 6^a emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$96.926 (R\$98.167 em 2015), sendo R\$7.501 (R\$7.052 em 2015) registrados no passivo circulante e R\$89.425 (R\$91.115 em 2015) no passivo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

Os vencimentos da dívida estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Saldo a Pagar
2017	7.501
2018	7.501
2019	7.501
2020	7.501
2021	7.501
2022 a 2031	59.421
Total	96.926

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
COFINS a Pagar	20.237	14.884
PASEP a Pagar	4.378	3.220
COFINS – Parcelamento (1)	4.079	4.361
IPTU – Parcelamento (2)	1.749	1.751
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	34.228	27.376
Totais de Impostos e Contribuições	64.671	51.592
Circulante	63.260	50.124
Não Circulante	1.411	1.468

(1) Refere-se ao parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1a. Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes. Em 02/03/2016 o processo foi redistribuído ao Ministro Gurgel de Faria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES -- continuação

(2) Este valor refere-se a débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2016 foram quitadas 28 parcelas no montante de R\$645.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	7.409	6.646
Contratos e Convênios com Terceiros	12.224	12.442
Convênios com Prefeituras Municipais	11.338	9.011
Cauções e Valores a Reembolsar	6.701	8.238
Acordo Ministério Público do Paraná (1)	-	5.050
Acordo Instituto Ambiental do Paraná - IAP (2)	3.780	-
Totais	41.452	41.387
Circulante	36.513	36.957
Não Circulante	4.939	4.430

- (1) Refere-se ao parcelamento do acordo efetuado junto ao Ministério Público do Paraná, referente ao procedimento administrativo nº MPPR-0046.13.006304-6, relativo à diferença da multa por atraso no pagamento de faturas, que foi cobrada no período de agosto de 1996 a abril de 1998 no percentual de 10%, enquanto que o judiciário fixou o percentual de 2%. Acordo firmado no montante de R\$11.363 parcelado em 18 vezes de R\$631 atualizados mensalmente pela média do INPC/IGPDI do mês anterior, sendo que em agosto/16 a Companhia quitou integralmente o saldo desta dívida.
- (2) Refere-se ao termo de compromisso firmado em 03/06/2016 para parcelamento de multas efetuado junto ao Instituto Ambiental do Paraná IAP, referente a 41 Autos de Infração Ambiental AIA. Acordo firmado no montante de R\$4.320 parcelados em 24 vezes de R\$180, sendo que até 31/12/2016 foram quitadas 3 parcelas no montante de R\$540.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS – continuação

Prática Contábil: -- continuação

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2015	Adições	Reversões	2016
Ações Trabalhistas	173.724	103.361	(92.849)	184.236
Ações Cíveis	212.839	72.690	(88.535)	196.994
Ações Ambientais	76.115	79.220	(42.107)	113.228
Ações Tributárias	745	11.617	(244)	12.118
Total	463.423	266.888	(223.735)	506.576

Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por exempregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) incidência do adicional de insalubridade no cálculo de horas extras; ii) adicional de periculosidade no patamar de 30% e; iii) divisor de horas extras por 200.

Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) indenização referente a contratos de obras em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro; ii) danos morais por falta de água e por refluxo de esgoto, iii) pedidos de nulidade de cobrança mínima por unidade, de 80% da tarifa de esgoto e devolução de tarifas e iv) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

No exercício de 2016 a principal movimentação se refere à reversão parcial no montante de R\$40.298, relacionada à provisão para ressarcimento de custos incorridos por empreiteira, devido à substituição de material aplicado na execução de contrato, uma vez que o respectivo valor foi objeto de sentença judicial favorável à Companhia e a constituição de complemento de provisão de R\$36.235 relacionada aos processos por danos morais devido à falta de água no município de Maringá.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

a) Provisões -- continuação

Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental.

No exercício de 2016 a principal provisão constituída refere-se à discussão com os órgãos ambientais, no sentido de se estabelecer termo de acordo relativo ao período que as Estações de Tratamento de Esgoto não possuíam licença de operação, no montante de R\$40.000.

Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Piraquara, Paranavaí, Campo Mourão e Porecatu.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais esta envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Passivos Contingentes

Natureza	2016	2015
Ações Cíveis	143.176	365.153
Ações Ambientais	252.819	213.577
Ações Tributárias	8.328	30.133
Totais	404.323	608.863

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

b) Passivos Contingentes -- continuação

Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) indenização referente ao contrato de obra em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro; ii) indenização referente à suspensão do contrato; iii) pedido de nulidade de cobrança da tarifa de esgoto; e iv) outros processos decorrentes de indenização referente à acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

Durante o exercício de 2016 a Companhia, suportada pela análise de seus assessores jurídicos em consonância com os trâmites ocorridos nos processos judiciais existentes, reclassificou 2.062 processos com probabilidade de perda "possível" para "remota", no montante de R\$219.541 e 208 processos de "possível" para "provável" no montante de R\$12.561. Adicionalmente, ocorreram entradas de 4.199 novos processos no montante de R\$42.058 e foram revertidos 2.377 processos no montante de R\$31.933, classificadas com probabilidade de perda "possível".

Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental.

Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a questionamentos ligados à cobrança de tributos, em virtude de divergências de interpretação da legislação. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se: i) execução fiscal para cobrança de ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e; ii) execução fiscal para cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

c) Depósitos Judiciais -- continuação

A composição é a seguinte:

Depósitos Judiciais

Natureza	2016	2015
Ações Trabalhistas	91.216	84.137
Ações Cíveis	57.259	42.799
Ações Ambientais	2.981	1.238
Ações Tributárias	4.986	4.720
Totais	156.442	132.894

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

		2016	2015		
Descrição	Imposto Contribuição de Renda Social		Imposto Contribuiçã de Renda Socia		
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	789.585	789.585	540.314	540.314	
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes	(197.396)	(71.063)	(135.079)	(48.628)	
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	73.351	26.406	51.099	18.396	
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1)	84	30	179	64	
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber (1)	(142)	(51)	(295)	(106)	
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)	5.969	-	3.875	-	
Incentivo Empresa Cidadã (3)	458	-	295	-	
Equivalência Patrimonial	(840)	(303)	(422)	(152)	
Outros	603	156	6.596	2.308	
Totais das Despesas	(117.913)	(44.825)	(73.752)	(28.118)	
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(162.738)		(101.870)		
Alíquota Efetiva	20,6%		18,9%		

- (1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;
- (2) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;
- (3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Imposto de Renda	(148.607)	(96.410)
Contribuição Social	(55.392)	(35.714)
Realização do Imposto de Renda Diferido	30.694	22.658
Realização da Contribuição Social Diferida	10.567	7.596
Totais	(162.738)	(101.870)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo				2016	2015
Descrição	Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	307.750	76.938	27.697	104.635	60.731
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	795.928	198.982	71.633	270.615	239.168
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	12.522	3.131	1.127	4.258	3.777
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	506.576	126.644	45.592	172.236	157.564
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	46.799	11.700	4.212	15.912	14.080
Provisão para PPR	1 ano	37.198	9.299	3.348	12.647	8.836
Totais			426.694	153.609	580.303	484.156
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	317.354	79.338	28.562	107.900	59.795
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	23 anos	136.677	34.169	-	34.169	35.510
Arrendamento Mercantil Financeiro	20 anos	41.036	10.259	3.693	13.952	
Reserva de Reavaliação	16 anos	132.122	33.031	11.891	44.922	47.819
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	6 anos	15.773	3.943	1.420	5.363	6.257
Totais			160.740	45.566	206.306	149.381
Total líquido			265.954	108.043	373.997	334.775

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

		Ativo Fis	cal Diferido		Passivo Fis	cal Diferido
Períodos de Realização	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2017	26.586	9.571	36.157	7.893	2.282	10.175
2018	27.945	10.060	38.005	7.893	2.282	10.175
2019 a 2021	175.381	63.136	238.517	23.677	6.847	30.524
2022 a 2024	48.736	17.545	66.281	21.311	5.995	27.306
2025 a 2027	48.272	17.378	65.650	21.311	5.995	27.306
2028 a 2030	48.040	17.294	65.334	21.311	5.995	27.306
2031 a 2033	21.509	7.743	29.252	16.907	4.409	21.316
2034 a 2036	8.243	2.968	11.211	14.662	3.601	18.263
2037 a 2039	8.243	2.968	11.211	11.607	3.060	14.667
2040 a 2042	8.243	2.968	11.211	8.501	3.060	11.561
2043 a 2045	5.496	1.978	7.474	5.667	2.040	7.707
Totais	426.694	153.609	580.303	160.740	45.566	206.306

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

17. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2016, no montante de R\$114.211 (R\$102.796 em 2015) e dividendos adicionais propostos de R\$1.174 (R\$1.764 em 2015) totalizando R\$115.385 (R\$104.560 em 2015). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$137.762 e R\$130.357 para os exercícios de 2016 e 2015, respectivamente. Conforme Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, a Companhia pode efetuar a compensação entre valores a receber de seu faturamento e valores a pagar ao Estado do Paraná a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

A Companhia também possui transações com a Dominó Holdings S/A referente a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2016 no montante de R\$17.965 (R\$21.869 em 2015) e dividendos adicionais propostos de R\$126 (R\$406 em 2015) totalizando R\$18.091 (R\$22.275 em 2015), sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

A Companhia Paranaense de Energia - COPEL (acionista direta da Companhia, uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) possui em 31 de dezembro de 2016 créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2016, no montante de R\$13.177 (R\$15.063 em 2015) e dividendos adicionais proposto de R\$113 (R\$280 em 2015) totalizando R\$13.290 (R\$15.343 em 2015), sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Adicionalmente, a COPEL forneceu energia elétrica e serviços de telecomunicações à Companhia no montante de R\$373.475 e R\$3.779, respectivamente durante o exercício de 2016 (R\$378.576 e R\$2.886, respectivamente em 2015). A Companhia forneceu água e serviços de esgoto à COPEL cuja receita foi de R\$1.566 e R\$1.409 durante o exercício de 2016 e 2015, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente do Estado do Paraná, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas municipais, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2016, foi de R\$97.022 (R\$76.043 em 2015). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$7.867 (R\$8.060 em 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

17. PARTES RELACIONADAS -- continuação

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi aprovada pela 52ª/2016 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2016, no montante global de R\$13.055. Para o exercício de 2015 a aprovação se deu pela 51ª/2015 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2015, no montante de R\$11.750.

Durante o exercício de 2016, foi pago o montante de R\$11.596 (R\$10.107 em 2015), sendo R\$9.142 (R\$8.346 em 2015) a título de remuneração e R\$2.454 (R\$1.761 em 2015) referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.272 (R\$1.658 em 2015) referem-se a encargos sociais, R\$51 (R\$16 em 2015) referem-se a participação nos resultados, R\$47 (R\$34 em 2015), referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$65 (R\$53 em 2015) referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$19 referem-se a Programas Complementares.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 25/11/2016 os Acionistas Governo do Estado do Paraná e Dominó Holdings S.A. solicitaram a conversão de 23.056.232 e 41.000.000 de suas ações ordinárias em ações preferenciais, respectivamente, resultando na extinção automática de pleno direito do Acordo de Acionistas firmado em 27/08/2013, entre estes acionistas, considerando que o acionista Dominó Holdings S.A. passou a deter menos de 10% do capital votante da Companhia.

Em decorrência da Oferta Pública de Emissão de Ações Primária iniciada em 20/12/2016, foram acrescidas 27.114.967 novas ações preferenciais, alterando a composição das ações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/09/2016	%	Conversão	Emissão	31/12/2016	%
Ações Ordinárias Ações Preferenciais	231.967.956 244.652.250		(64.056.232) 64.056.232	27.114.967	167.911.724 335.823.449	33,3 66,7
Totais	476.620.206	100,0		27.114.967	503.735.173	100,0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

a) Capital Social -- continuação

O Capital Social é composto de 503.735.173 ações, sendo 167.911.724 ações ordinárias e 335.823.449 ações preferenciais sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2016, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$9,55 (R\$8,77 em 31 de dezembro de 2015).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.854.952, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$2.847.664, e sua composição acionária, é a seguinte:

					Número	de Ações
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	150.845.890	89,8	1	-	150.845.891	29,9
Dominó Holdings S/A	16.237.359	9,7	1	-	16.237.360	3,2
Cia. Paranaense de Energia - Copel	-	-	13.241.938	3,9	13.241.938	2,6
Fundo Garantidor do Paraná	-	-	23.101.329	6,9	23.101.329	4,6
Prefeituras Municipais	-	-	2.339.005	0,7	2.339.005	0,5
Investidores Estrangeiros	-	-	145.371.279	43,3	145.371.279	28,9
Demais Investidores	828.475	0,5	151.769.896	45,2	152.598.371	30,3
Totais	167.911.724	100,0	335.823.449	100,0	503.735.173	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.625 (R\$5.925 em 2015), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Saldos no início do exercício	92.825	98.750
Realização da Reserva de Reavaliação	(8.522)	(8.977)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.897	3.052
Saldos no final do exercício	87.200	92.825

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$304.946 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

d) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

d) Remuneração aos Acionistas -- continuação

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando beneficio fiscal de R\$99.757, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos e Plano de Negócios vigentes, considerando ainda a boa condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício Constituição da Reserva Legal	626.847 (31.343)	438.444 (21.922)
Doações e Subvenções Governamentais	(335)	(715)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	595.169	415.807
Dividendos Obrigatórios (25%)	148.792	103.952
Dividendos Complementares	148.793	103.951
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	297.585	207.903

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2016 foi de R\$293.404 (R\$204.396 em 2015), sendo retido o valor de R\$16.114 a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 5,5% (4,8% em 2015). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece a política de dividendos, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$4.181 (R\$3.507 em 2015), totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$297.585 (207.903 em 2015).

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$148.793, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

d) Remuneração aos Acionistas -- continuação

Em decorrência do crédito de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2016 e 31/12/2016 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

	r ação
•	28599 31459
	,31437
0.206 143.307	
ade Remuneração Total Remuneração por a	r ação
11.724 46.905 0,279	27934
23.449 103.192 0,30	30728
35.173 150.097	
ade Remuneração Total Remuneração por a	r ação
11.724 1.306 0,00	00778
23.449 2.875 0,009	00856
35.173 4.181	
id: .982	

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foram os seguintes:

	2010	2015
Ações Ordinárias	0,57312	0,41491
Ações Preferenciais	0,63043	0,45640

O montante total de R\$134.055 (R\$95.101 em 2015) registrado no Passivo Circulante como Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos em 2016 inclui R\$57.692 (R\$52.280 em 2015) do acionista Estado do Paraná, R\$7.460 (R\$10.235 em 2015) do acionista Dominó Holdings S/A, R\$5.482 do acionista Companhia Paranaense de Energia – COPEL (R\$7.049 em 2015), R\$61.968 (R\$24.621 em 2015) de outros acionistas e R\$1.453 (R\$916 em 2015) relativos a valores de anos anteriores ainda não pagos efetivamente aos acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

e) Resultado por Ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	195.890	202.969
Ações preferenciais	430.957	235.475
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	225.650	231.968
Média ponderada de número de ações preferenciais	251.564	244.652
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,86811	0,87499
Por ação preferencial	1,71311	0,96249

f) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$31.343 em 2016 (R\$21.922 em 2015), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$335 em 2016 (R\$715 em 2015), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$1.737 (R\$1.926 em 2015), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial -- continuação

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Saldos no início do exercício Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	12.147 (2.631)	14.073 (2.919)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	894	993
Saldos no final do exercício	10.410	12.147

19. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Produtos e Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Receitas		
Receitas de Água	2.309.458	1.944.616
Receitas de Esgoto	1.270.631	1.044.242
Receitas de Serviços	125.877	100.477
Receitas de Resíduos Sólidos	7.867	8.060
Serviços Prestados a Prefeituras	7.870	6.190
Outras Receitas	19.303	79.767
Totais das Receitas Operacionais	3.741.006	3.183.352
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(216.586)	(174.372)
PASEP	(46.895)	(37.795)
Totais das Deduções	(263.481)	(212.167)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	3.477.525	2.971.185

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

19. RECEITAS OPERACIONAIS -- continuação

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados aos contratos de programas de R\$87.772 (R\$66.016 em 2015), durante o exercício de 2016, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

20. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

			2016			2015
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	260.680	84.818	345.498	229.134	72.937	302.071
Materiais	75.930	25.802	101.732	72.684	24.483	97.167
Energia Elétrica	345.389	37.074	382.463	344.155	35.122	379.277
Serviços de Terceiros	181.168	116.544	297.712	176.392	116.571	292.963
Depreciações e Amortizações	103.828	92.342	196.170	91.970	80.808	172.778
Outros Custos	88.873	32.660	121.533	78.412	22.494	100.906
Totais	1.055.868	389.240	1.445.108	992.747	352.415	1.345.162

21. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Comerciais		
Pessoal	104.757	92.508
Materiais	3.497	3.125
Serviços de Terceiros	69.785	58.193
Depreciações e Amortizações	5.723	5.405
Perdas na Realização de Créditos	21.890	(5.862)
Outras Despesas	47.415	49.411
Totais das Despesas Comerciais	253.067	202.780
Administrativas		
Pessoal	582.353	544.900
Materiais	34.571	28.849
Serviços de Terceiros	144.943	134.215
Depreciações e Amortizações	15.218	16.011
Perdas na Realização de Créditos	(115)	1.063
Outras Despesas	49.202	64.231
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(122.900)	(107.853)
Despesas Capitalizadas (b)	(87.111)	(89.464)
Totais das Despesas Administrativas	616.161	591.952
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Baixas de Ativos	(13.948)	(19.150)
Receitas		
Venda de Ativos	2.751	3.794
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais, líquidas	(11.197)	(15.356)

⁽a) Estes valores s\u00e3o primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais:

⁽b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$37.198 (R\$25.988 em 2015), a título de Participação nos Resultados do exercício de 2016, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. Em agosto de 2016, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2015, no total de R\$15.925, representando no exercício de 2016 o montante de R\$53.123.

23. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2016	2015
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	15.092	19.239
Aplicações Financeiras	39.510	23.698
Outras Receitas Financeiras	25.924	9.062
Totais das Receitas Financeiras	80.526	51.999
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(193.566)	(157.189)
Variações Monetárias Passivas	(44.914)	(42.011)
Outras Despesas Financeiras	(6.327)	(12.273)
Totais das Despesas Financeiras	(244.807)	(211.473)
Resultado Financeiro, líquido	(164.281)	(159.474)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Prática Contábil:

Ativos Financeiros

Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias mantidas até o vencimento e disponíveis para venda.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado: São registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo e tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nesta categoria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Empréstimos e Recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos das contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, depósito judiciais, adiantamento a empregados e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivos Financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

<u>Empréstimos e financiamentos:</u> Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia compreendem os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro, empreiteiros e fornecedores e contratos de concessão.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

	Valor Co	ntábil	Valor Justo		
Descrição	2016	2015	2016	2015	
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de caixa	638.330	163.797	638.330	163.797	
Contas a Receber de Clientes, líquido	570.503	487.017	570.503	487.017	
Depósitos Vinculados	55.678	43.725	55.678	43.725	
Ativos Financeiros Contratuais	172.381	77.420	172.381	77.420	
Total	1.436.892	771.959	1.436.892	771.959	
Passivos Financeiros					
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e					
Arrendamento Mercantil Financeiro	2.712.074	2.336.008	2.712.074	2.336.008	
Empreiteiros e Fornecedores	133.505	125.404	133.505	125.404	
Títulos a Pagar	-	3.087	-	3.087	
Contratos de Concessão	96.926	98.167	96.926	98.167	
Total	2.942.505	2.562.666	2.942.505	2.562.666	

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez, mantidas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$4.180 (R\$3.747 em 2015); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$15.351 (R\$13.437 em 2015), R\$11.094 (R\$4.771 em 2015) e R\$15.209 (R\$12.603 em 2015).

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Saldos no Início do Exercício	(2.840)	(1.661)
Ajuste a Valor Presente	(568)	(1.179)
Saldos no Final do Exercício	(3.408)	(2.840)

Ativos Financeiros Contratuais: representam a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, com base nos prazos das concessões.

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 28 (vinte e oito) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 11, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2016, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

Arrendamento Mercantil Financeiro: são contabilizados quando da efetiva disponibilidade do objeto arrendado, considerando inicialmente o valor justo dos ativos arrendados ou, se inferior, o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato de arrendamento mercantil financeiro. O valor a pagar do arrendamento mercantil financeiro é segregado entre encargo financeiro e passivo em aberto. O encargo financeiro é apropriado durante o prazo contratual. Os eventuais pagamentos contingentes são contabilizados como despesa no período em que são incorridos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 11, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento.

Contratos de Concessão: representa o saldo a pagar relativo ao contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001 (vide nota 12).

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2016	2015
TR	870.430	804.662
TJLP	702.637	636.592
IPCA	351.435	334.337
DI	698.123	505.153
IPC-FIPE	41.108	-
Sem Correção Monetária	48.341	55.264
	2.712.074	2.336.008

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$ 28.953 e R\$ 57.906 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Análise					
Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI _	7.884	(7.884)	15.768	(15.768)
Ativos		7.884	(7.884)	15.768	(15.768)
Caixa Econômica Federal	TR	(3.551)	3.551	(7.102)	7.102
BNDES	TJLP	(2.167)	2.167	(4.334)	4.334
BNDES-PAC2	TJLP	(423)	423	(846)	846
Debêntures – 2ª Emissão – 1ª e 3ª Séries	TJLP	(2.266)	2.266	(4.532)	4.532
Debêntures – 2ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(2.318)	2.318	(4.636)	4.636
Debêntures – 3ª Emissão – 1ª Série	DI	(7.234)	7.234	(14.468)	14.468
Debêntures – 3ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(1.949)	1.949	(3.898)	3.898
Debêntures – 4ª Emissão – 1ª Série	TJLP	(1.470)	1.470	(2.940)	2.940
Debêntures – 4ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(1.078)	1.078	(2.156)	2.156
Debêntures – 5ª Emissão – 1ª Série	DI	(4.169)	4.169	(8.338)	8.338
Debêntures – 5ª Emissão – 2ª Série	DI	(7.129)	7.129	(14.258)	14.258
Debêntures – 6ª Emissão – 1ª Série	DI	(990)	990	(1.980)	1.980
Debêntures – 6ª Emissão – 2ª Série	DI	(2.093)	2.093	(4.186)	4.186
Passivos	_	(36.837)	36.837	(73.674)	73.674
Efeitos no Lucro antes da Tributação	_	(28.953)	28.953	(57.906)	57.906

A TR considerada foi de 2,01% e a TJLP de 7,50%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 6,29%, obtida junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o DI à taxa de 13,63% obtida junto à CETIP SA.

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial. Em relação ao Poder Público Estadual é considerado o parecer da Procuradoria Geral do Estado do Paraná sobre a possibilidade de compensação entre valores a receber de faturamento da Companhia e valores a pagar ao Estado do Paraná a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 11, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Adicionalmente a Administração da Companhia aprovou a política de dividendos, caixa mínimo e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 11), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4).

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

	2016	2015
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.712.074	2.336.008
Caixa e Equivalentes de Caixa	(638.330)	(163.797)
Dívida Líquida	2.073.744	2.172.211
Patrimônio Líquido	4.808.673	4.180.307
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,43	0,52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxilio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$28.340 (R\$26.949 em 2015) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,7% pela patrocinadora e 36,3% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$54.877 (R\$48.527 em 2015).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar serão determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário, evidenciando a necessidade de se estabelecer um plano de equacionamento do déficit técnico, de acordo com a legislação, tendo em vista que a Entidade apresentou resultado deficitário pelo terceiro ano consecutivo. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Assistants Assessoria,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Consultoria e Participações Ltda, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Plano de

Plano de

Assistência

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Aposentadoria	Médica	2016	2015
Valor Presente das Obrigações Atuariais	979.126	510.374	1.489.500	1.183.073
Valor Justo dos Ativos	(690.149)	(3.423)	(693.572)	(479.636)
Totais	288.977	506.951	795.928	703.437
Circulante	19.265	33.797	53.062	46.896
Não Circulante	269.712	473.154	742.866	656.541
Apuração do passivo atuarial:				
		Plano de		
Descrição	Plano de Aposentadoria	Assistência Médica	2016	2015
Valor presente da obrigação no início do ano	719.453	473.147	1.192.600	1.286.477
Custo de juros sobre a obrigação	97.880	67.183	165.063	143.335
Custo do serviço corrente	8.900	9.815	18.715	5.449
Benefícios pagos no exercício	(85.438)	(15.279)	(100.717)	(68.214)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	238.331	(24.492)	213.839	(178.709)
Contribuição Extraordinária Assistidos - Ajuste TAC	-	-	-	(5.265)
Obrigação total no exercício	979.126	510.374	1.489.500	1.183.073
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(478.255)	(1.381)	(479.636)	(441.625)
Juros sobre os ativos do plano	(63.812)	(88)	(63.900)	(54.434)
Contribuição dos participantes	(1.897)	-	(1.897)	(1.668)
Contribuição da patrocinadora	-	(19.493)	(19.493)	(14.820)
Benefícios pagos no exercício	85.438	15.279	100.717	68.214
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(231.623)	2.260	(229.363)	(7.084)
Reversão Saldo de Conta - TAC	-	-	-	(28.219)
Valor justo dos ativos no exercício	(690.149)	(3.423)	(693.572)	(479.636)
Passivo reconhecido no final do exercício	288.977	506.951	795.928	703.437

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2016	2015
Hipóteses Econômicas		_
Taxa de Desconto para Saúde	11,53% ao ano	14,20% ao ano
Taxa de Desconto para Previdência	11,54% ao ano	14,20% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	11,53% ao ano	14,20% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	11,54% ao ano	14,20% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,50% ao ano	3,48% ao ano
Inflação	5,15% ao ano	6,40% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano	3,00% ao ano
Hipóteses Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss D10	Winklevoss D10
Tábua de entrada em invalidez	Light Média D40	Light Média D30
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados:

	Plano de	Plano de
Descrição	Aposentadoria	Assistência Médica
Base de dados utilizada		
Data efetiva	31 out 2016	31 out 2016
Participantes ativos (passivo principal)	7.050	2.094
Assistidos/ Beneficiários em gozo de benefício	2.501	2.635
a. Aposentados	1.848	2.102
b. Pensionistas	653	533
Dependentes	=	2.739
Total de participantes	9.551	5.374

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica, em 31 de dezembro de 2016:

Faixa Etária	Total de Beneficiários ¹	Valor em reais
0 a 18 anos	587	136,29
19 a 23 anos	1.008	195,65
24 a 28 anos	748	205,82
29 a 33 anos	450	233,87
34 a 38 anos	260	246,08
39 a 43 anos	225	319,40
44 a 48 anos	749	335,99
49 a 53 anos	1.349	438,69
54 a 58 anos	1.515	461,51
59 anos ou mais	3.836	500,47

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Rentabilidade dos Investimentos

No ano de 2016 a FUSAN obteve rentabilidade de 17,88% na sua carteira de investimentos, acima da meta atuarial de 12,71% (INPC/IBGE + 5,75% de juros ao ano).

O Conselho Deliberativo da FUSAN aprovou a Política de Investimentos para 2017, com o objetivo de parametrizar os investimentos para os próximos 5 anos, conforme estabelece a legislação em vigor.

A alocação estratégica da carteira avalia a adequação de cada investimento às necessidades do plano, a tabela abaixo detalha a alocação estratégica:

Comments/Mondots	Alocação %		Índias da Dafanênsia	Meta de	
Segmento/ Mandato -	Objetivo	Mínimo	Máximo	Índice de Referência	Rentabilidade
Renda fixa	77,6	30,0	100,0	70% CDI + 30% IMA-B	INPC + 5,75% aa
Renda variável	8,4	0,0	35,0	80% Ibovespa + 20% SMLL	INPC + 12% aa
Investimentos Estruturados	3,6	0,0	10,0	INPC + 7,5% aa	INPC + 10% aa
Investimento no Exterior	1,5	0,0	10,0	MSCI World	INPC + 12% aa
Imóveis	3,6	0,0	8,0	INPC	INPC
Operações com Participantes	5,4	0,0	15,0	INPC + 10% aa	INPC + 10% aa

Riscos associados ao Plano de Aposentadoria - FusanPrev:

- Risco de sobrevivência;
- Crescimento Salarial;
- Retorno de Investimentos (taxa de juros);
- Risco no regime de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição, o qual foi minimizado com a instituição de contribuição de riscos para o grupo de assistidos e reversão de parte das contribuições facultativas do participante.

Em relação às tábuas biométricas e crescimento de salários, consideramos que a Entidade definiu adequadamente as hipóteses, adequando-as à massa dos participantes, por meio do Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais e demais procedimentos de aprovação e ciência dos Conselhos e Patrocinadoras.

Quanto à hipótese da taxa de juros, a Entidade aplicará no exercício de 2017 a taxa de 5,75%, resultante da análise atuarial e econômico-financeira, a qual se encontra dentro dos limites expressos na Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, e, em conformidade com a Portaria Previc nº 186, de 28 de abril de 2016. Diante de todo o estudo elaborado, constatou-se que ao longo do tempo a taxa de juros atuarial converge com a rentabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

obtida no mercado financeiro. No atual cenário econômico nacional, a Entidade, mediante gestão proativa no sentido de otimizar a carteira de investimentos, está projetando a sustentação da atual taxa de juros de 5,75% como retorno de seu patrimônio.

A atual forma de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição tem perspectiva de custo crescente ao longo do tempo, a menos que a massa de participantes se renove proporcionalmente, de forma que se mantenha a idade média e o mesmo patamar médio de benefícios e principalmente de salários, base de cálculo de financiamento. É prudente que a Entidade estude alternativas que estabilizem o crescimento constante do custo de pensão por morte.

Riscos associados ao Plano de Assistência Médica - SaneSaúde:

- Crescimento real dos custos médicos;
- Taxa de juros;
- Sobrevivência;
- Regime financeiro de repartição simples.

A incorporação de tecnologia nos serviços médicos resulta um custo crescente na saúde, cujo comportamento tem característica universal. Da mesma forma, essa premissa é verificada quanto à incorporação de tecnologia nos materiais utilizados em exames, laboratórios, clínicas e hospitais. Historicamente se observa que os procedimentos médicos tendem a variar em percentuais acima da inflação.

Além deste ponto, a assunção de novas coberturas determinadas pelo agente regulador compõem um risco contínuo para o plano.

Outro ponto a observar é o efeito advindo do envelhecimento do grupo de beneficiários, o que no futuro poderá agravar a taxa de sinistralidade.

Plano de Custeio FusanPrev: O Plano de Custeio do Plano de Benefícios FusanPrev estabelecido para o exercício de 2016, com vigência de maio/16 a março/17, está ajustado de forma a atender o disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 108/2001, no que concerne à paridade de contribuições normais entre participante e patrocinadora, destacando que os percentuais de custeio deverão ser reavaliados após o prazo de um ano da avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

Para cobertura do Custo Normal o Plano de Custeio corresponde a um percentual de contribuição individual para formação do saldo de conta, mínimo de 1,61% e máximo de 5,42%, além de um percentual para cobertura de benefícios de risco de 1,82% e ainda 0,38% para cobertura das despesas administrativas, aplicados sobre o salário de participação, para todas as categorias de participantes ativos e Patrocinadora, exceto contribuição de risco para opção em Benefício Proporcional Diferido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Na contribuição facultativa do participante foi instituído um percentual de reversão de 24% e 0,76%, respectivamente, para cobertura de riscos e despesas administrativas, que será descontado do valor total desta contribuição.

Os participantes assistidos e patrocinadoras contribuirão com 1,87% aplicado sobre o benefício, sendo 1,49% para cobertura de benefícios de riscos em regime de repartição e 0,38% para cobertura das despesas administrativas.

A implantação da contribuição de risco para os assistidos e a reversão de parte das contribuições adicionais dos ativos para o custeio do risco ajudou na estabilização do custo das pensões. As contribuições adicionais dos ativos não são obrigatórias e ocorrem somente por opção do participante, pois não há contrapartida patronal, sendo que estas são essenciais para o custeio do risco.

Plano de Custeio SaneSaúde: O plano de custeio do SaneSaúde tem participação da empresa na ordem de 70% dos custos e 30% dos empregados. Possui coparticipação dos empregados para consultas e diversos exames. Está separado por faixas etárias de acordo com a legislação e está estruturado sob regime financeiro de repartição simples.

O SaneSaúde é custeado pela Sanepar, na qualidade de patrocinadora e por seus beneficiários inscritos no plano, por meio de contribuições mensais, determinadas na Tabela de Contribuições do SaneSaúde, a qual estabelece os valores dos prêmios mensais, por faixa etária e com base em cálculos atuariais. É custeado também, por valores (receitas) decorrentes dos Fatores Moderadores, quando da efetiva utilização dos serviços pelos respectivos beneficiários.

O montante mensal de contribuições é determinado pela multiplicação do número de beneficiários inscritos no plano pelo prêmio mensal definido na Tabela Anual de Custeio, de acordo com a faixa etária de cada beneficiário.

Sobre o montante mensal apurado, a participação da Sanepar será de 70% para custeio dos Beneficiários Titulares, Beneficiários Especiais, e respectivos dependentes, conforme definidos no Regulamento do Plano. Com relação aos dependentes a proporção da participação será a estabelecida em tabela específica.

A Sanepar não contribui para o custeio de Beneficiários Autopatrocinados, filhos designados, bem como, na aposentadoria dos Beneficiários Titulares com adesão ao SaneSaúde após março de 2002.

Os valores decorrentes da participação dos Beneficiários, relativos às suas contribuições e aos Fatores Moderadores de Utilização, definidos no Regulamento do Plano, serão descontados em folha de pagamento da Sanepar e repassados mensalmente à Fundação Sanepar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A Tabela de Contribuições do SaneSaúde é avaliada e atualizada pelo atuário responsável pelo Plano com periodicidade máxima anual, sendo o resultado apurado submetido à apreciação e aprovação da Diretoria Executiva da Sanepar e do seu Conselho de Administração, para adequação da necessária estabilidade financeira-atuarial do Plano.

A vigência da Tabela de Contribuições do SaneSaúde compreenderá o período de 1º de junho até 31 de maio do ano seguinte.

Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2016	%	2015	%
Renda Fixa (a)				
Cotas de Fundos de Renda Fixa	934.743		859.345	
Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado	93.067		65.163	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	28.201		14.895	
Total Renda Fixa	1.056.011	79,6	939.403	81,3
Renda Variável (b)				
Cotas de Fundos de Investimentos Abertos	32.479		28.943	
Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FI	49.257		40.199	
Carteira de Ações	12.929		12.899	
Total Renda Variável	94.665	7,1	82.041	7,1
Imóveis (c)	41.240	3,1	38.994	3,4
Operações com Participantes (d)	66.198	5,0	63.637	5,5
Estruturados (e)				
Cotas de FIP's	22.637		18.920	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	46.365		12.562	
Total Estruturados	69.002	5,2	31.482	2,7
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.327.116	100	1.155.557	100

⁽a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;

- (c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;
- (d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;
- (e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento.

⁽b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;

A seguir apresentamos análise de sensibilidade de hipóteses:

- O investimento em Parcerias Público-Privadas (PPPs) somente será permitido quando a operação fizer sentido econômico-financeiro, em termos relativos às demais alternativas que se apresentem para a FUSAN. Além disso, essa operação deverá necessariamente contar com a aprovação do Conselho Deliberativo;
- As operações com derivativos em fundos exclusivos podem ser realizadas somente se estiverem em conformidade com as restrições estabelecidas pela legislação vigente e na Política de Investimentos.

Não serão permitidos investimentos em papéis ou instrumentos classificados como "Grau Especulativo", considerando-se a classificação descrita na seção Risco de Crédito da Política de Investimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2017:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2017
Custo do Serviço Corrente	11.526	10.303	21.829
Custo dos Juros	103.656	55.232	158.888
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(70.538)	-	(70.538)
Contribuições da Patrocinadora	(2.064)	-	(2.064)
Totais	42.580	65.535	108.115

	Plano de	Plano de	
Descrição	Aposentadoria	Assistência Médica	
Valor da Obrigação no Período	979.125	510.374	
Taxa de Juros			
Com Acréscimo de 1%	887.235	462.475	
Variação %	(9,0%)	(9,0%)	
Com Redução de 1%	1.080.533	563.233	
Variação %	10,0%	10,0%	
Crescimento de Custos			
Com Acréscimo de 1%	-	562.044	
Variação %	-	10,0%	
Com Redução de 1%	-	463.454	
Variação %	-	(9,0%)	
Crescimento Salarial			
Com Acréscimo de 1%	987.071	-	
Variação %	1,0%	-	
Com Redução de 1%	971.926	-	
Variação %	(1,0%)	-	

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS -- continuação

	2016 2015					
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	2.402.458	1.311.375	3.713.833	2.023.923	1.073.472	3.097.395
Outras Receitas Operacionais	16.027	11.146	27.173	51.359	34.598	85.957
Total da Receita Operacional Bruta	2.418.485	1.322.521	3.741.006	2.075.282	1.108.070	3.183.352
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(155.364)	(108.117)	(263.481)	(126.722)	(85.445)	(212.167)
Receita Operacional Líquida	2.263.121	1.214.404	3.477.525	1.948.560	1.022.625	2.971.185
Custo	(1.055.868)	(389.240)	(1.445.108)	(992.747)	(352.415)	(1.345.162)
Lucro Bruto	1.207.253	825.164	2.032.417	955.813	670.210	1.626.023
Despesas Comerciais	(149.265)	(103.802)	(253.067)	(121.162)	(81.618)	(202.780)
Despesas Administrativas	(363.428)	(252.733)	(616.161)	(353.693)	(238.259)	(591.952)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(8.587)	(2.610)	(11.197)	(10.184)	(5.172)	(15.356)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(3.361)	(3.361)	-	(1.688)	(1.688)
Resultado Financeiro, líquido	(71.665)	(92.616)	(164.281)	(78.331)	(81.143)	(159.474)
Programa de Participação no Resultado	(31.333)	(21.790)	(53.123)	(24.466)	(16.481)	(40.947)
Provisões	(25.151)	(18.002)	(43.153)	2.502	1.847	4.349
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(58.103)	(40.386)	(98.489)	(46.564)	(31.297)	(77.861)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	499.721	289.864	789.585	323.915	216.399	540.314
Imposto de Renda e Contribuição Social	(102.995)	(59.743)	(162.738)	(61.071)	(40.799)	(101.870)
Lucro Líquido do Exercício	396.726	230.121	626.847	262.844	175.600	438.444
Margem Operacional	20,7%	21,9%	21,1%	15,6%	19,5%	17,0%
Margem Líquida	17,5%	18,9%	18,0%	13,5%	17,2%	14,6%
EBTIDA	687.567	483.410	1.170.977	507.016	386.966	893.982
Margem EBITDA	30,4%	39,8%	33,7%	26,0%	37,8%	30,1%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (a)	280.391	462.010	742.401	318.247	476.842	795.089
Participação Societária – CS Bioenergia	-	12.403	12.403	-	5.287	5.287
Endividamento – Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	1.069.901	1.642.173	2.712.074	981.340	1.354.668	2.336.008
Imobilizado e Intangível, líquidos	3.206.916	4.123.745	7.330.661	3.077.904	3.813.739	6.891.643
Depreciações e Amortizações do Período	(116.181)	(100.930)	(217.111)	(104.770)	(89.424)	(194.194)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	473.193	247.054	720.247	412.011	203.241	615.252
Total do Ativo	4.135.857	5.318.262	9.454.119	3.682.187	4.562.488	8.244.675
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	1.870.188	2.775.258	4.645.446	1.707.441	2.356.927	4.064.368
Quantidade de Usuários – Não Auditado/Revisado (c)	3.025.780	1.953.484	-	2.979.363	1.859.533	-
Volume Milhares de m³ Faturados – Não Auditado/Revisado (d)	587.460	408.530	-	582.594	392.453	-

⁽a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

⁽b) Apresentadas pelo valor bruto;

 ⁽c) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;
 (d) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

27. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a SOMPO Seguros S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$968.336, com vigência abrangendo o período de 09/01/2017 a 09/01/2018, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios Máquinas e Equipamentos e Veículos Estoque	497.299 411.931 59.106
Total	968.336

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 63 processos judiciais no montante de R\$166.595 sendo 15 apólices com a seguradora Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A e 48 apólices com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 14/04/2017.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de janeiro de 2017, foi realizada a 1ª/2017 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, tendo como ordem do dia a indicação do Sr. Paulo Rogério Bragatto Battiston para o cargo de Diretor de Financeiro que produzirá efeito quando de sua efetiva posse que deverá ocorrer em prazo não superior a 30 dias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

DIRETORIA EXECUTIVA

Mounir Chaowiche (Diretor-Presidente)

Gustavo Fernandes Guimarães (Diretor Financeiro)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações)

Ney Amilton Caldas Ferreira (Diretor de Relações com Investidores)

João Martinho Cleto Reis Júnior (Diretor de Investimentos)

Antonio Carlos Salles Belinati (Diretor Comercial)

Julio Jacob Junior (Diretor Jurídico)

Luciano Valério Bello Machado (Diretor Administrativo)

Glauco Machado Requião (Diretor de Meio Ambiente e Ação Social)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Ricardo Machado Costa (Presidente)

Carlos Fernando Horta Bretas (Vice-Presidente)

Michele Caputo Neto

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Eduardo Francisco Sciarra

Paulino Viapiana

Ezequias Moreira Rodrigues

Luiz Carlos Brum Ferreira

Elton Evandro Marafigo

CONSELHO FISCAL

Ivens Moretti Pacheco (Presidente)

Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida

George Hermann Rodolfo Tormin

Newton Brandão Ferraz Ramos

Roberto Knoepfelmacher

CONTADOR

Ozires Kloster

Gerente Contábil

Contador CRC-PR 030.386/O-8